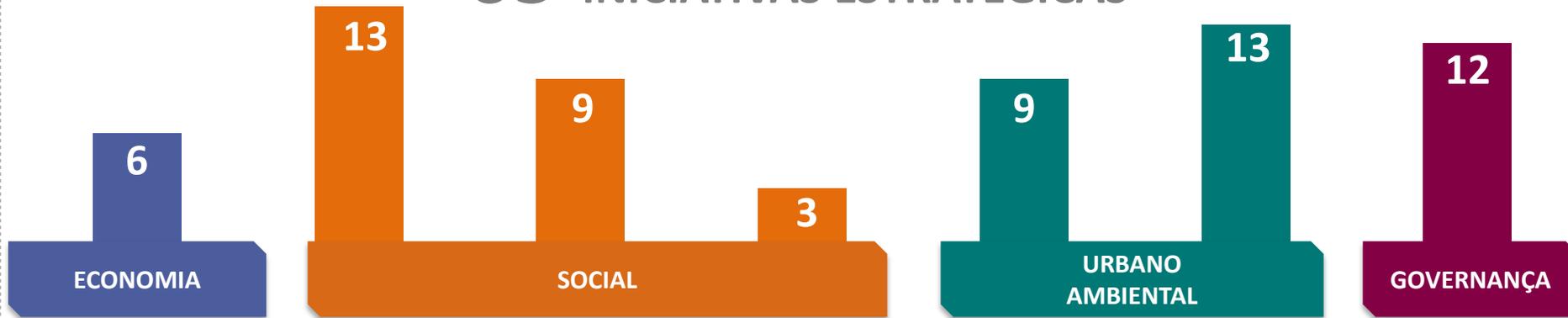


SUMÁRIO EXECUTIVO

65 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



RIO GLOBAL, PRODUTIVO, INOVADOR E DE OPORTUNIDADES

SAÚDE PREVENTIVA E EMERGÊNCIA SOCIAL

CAPITAL HUMANO NA FORMAÇÃO DO CARIOCA

RIO SEGURO E VIGILANTE

RIO VERDE, LIMPO E SAUDÁVEL

TERRITÓRIO DESCENTRALIZADO, INCLUSIVO E CONECTADO

GOVERNANÇA PARA OS CIDADÃOS



101 METAS ESTRATÉGICAS

URBANO AMBIENTAL

GOVERNANÇA

RIO SEGURO E
VIGILANTE

RIO VERDE, LIMPO
E SAUDÁVEL

TERRITÓRIO
DESCENTRALIZADO,
INCLUSIVO E
CONECTADO

GOVERNANÇA PARA OS
CIDADÃOS

POLÍTICA DE INCENTIVOS E
PROGRAMA SEGURANÇA
PRESENTE *

SEGURANÇA CIDADÃ

MONITORA RIO

PARQUES CARIOCAS

GESTÃO SUSTENTÁVEL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS

PRAÇAS CARIOCAS

EXPANSÃO DO SANEAMENTO

ÁGUAS DO RIO

RIO + VERDE

CONTROLE DE ENCHENTES

RIO + SUSTENTÁVEL

CIDADE PELO CLIMA

LEGISLAÇÃO URBANA

RIO CONECTA

CENTRALIDADES CARIOCAS

ILUMINA RIO

MAIS ACESSIBILIDADE

CONSERVAÇÃO INTELIGENTE

PATRIMÔNIO CARIOCA

TERRITÓRIOS INTEGRADOS

MAIS MORADIAS

EXPANSÃO DO SISTEMA DE
TRANSPORTES

MELHORIA DA MOBILIDADE
URBANA

TRÂNSITO SEGURO

INCENTIVO À MOBILIDADE
POR BICICLETA

PLANEJA RIO

GENTE DE EFETIVIDADE

RIO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE

CIDADE DIGITAL

PREFEITURA & VOCÊ

ORÇAMENTO EFICIENTE

PREFEITURA MAIS PRÓXIMA

RIO METROPOLITANO

PREVIDÊNCIA SUSTENTÁVEL

PROCESSOS DIGITAIS

LICENÇA FÁCIL

PARCERIAS RIO

*ERRATA - Incluído "SEGURANÇA"



2017-2020

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIMENSÃO

URBANO AMBIENTAL

ÁREAS DE RESULTADO

- Rio Verde, Limpo e Saudável
- Território Descentralizado, Inclusivo e Conectado

DIRETRIZES

- ❖ Garantir a integridade, conservação e recuperação do Patrimônio Material e Imaterial, promovendo sua sustentabilidade econômica.
- ❖ Promover, em articulação com outros órgãos, a criação e a gestão de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACs, de entornos de bens tombados e dos Sítios da UNESCO: Rio Patrimônio Mundial - Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial Cultural do Valongo.
- ❖ Promover e divulgar o patrimônio cultural da cidade.
- ❖ Estimular a Cidade Compacta, promovendo a reestruturação do uso do solo ao longo das áreas de influência dos corredores de transporte.
- ❖ Valorizar e promover o uso do espaço público, preservando sua integridade e revendo o desenho urbano de forma a privilegiar o pedestre e garantir a acessibilidade.
- ❖ Promover a revitalização de diferentes regiões da cidade, considerando as identidades e características locais.
- ❖ Promover o desenvolvimento e a qualificação de centralidades nas Zonas Norte e Oeste.
- ❖ Assegurar a implantação de infraestrutura urbana especialmente nas áreas desprovidas.
- ❖ Garantir o uso misto e a diversidade de usos e funções no espaço urbano de forma a promover seu dinamismo, revitalização e descentralização.
- ❖ Promover o monitoramento e fiscalização urbanística e ambiental, visando coibir a ocupação em áreas frágeis, especialmente as de alto risco geológico e geotécnico, as sujeitas a inundação e nas demais áreas sujeitas à proteção ambiental.
- ❖ Diversificar e ampliar as formas de oferta de moradia popular e de terra urbana .
- ❖ Priorizar a ocupação dos imóveis vazios ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura.
- ❖ Incentivar a sustentabilidade das construções.
- ❖ Estimular a moradia em áreas de alta empregabilidade em especial na área central.
- ❖ Reduzir a informalidade do uso e ocupação do solo, promovendo a regularização urbanística e fundiária, revisando a legislação e os procedimentos administrativos de licenciamento e fiscalização .
- ❖ Garantir a mobilidade urbana dando prioridade ao transporte público, que obedeça a hierarquia e integração dos modais, com prioridade para o transporte de alta capacidade
- ❖ Garantir a melhoria do nível de serviço do transporte público coletivo e de massas, assegurando conforto, confiabilidade, regularidade, ocupação, segurança, acessibilidade universal e atualidade tecnológica, além de adotar fonte de energia limpa, definindo políticas de transporte de baixo impacto poluente.
- ❖ Promover a integração físico-operacional e tarifária, diminuindo o tempo de deslocamento e dando capilaridade à rede de transportes.
- ❖ Requalificar a rede estrutural de transportes, considerando as ligações e infraestruturas previstas no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) da cidade.
- ❖ Assegurar a ampliação e consolidação dos sistemas de transporte/tráfego inteligente.
- ❖ Desenvolver políticas de circulação e segurança de pedestres, estimulando o uso e dando melhor qualidade às calçadas.
- ❖ Promover a implantação de políticas de redução de acidentes de tráfego.
- ❖ Incentivar a utilização de transporte cicloviário.

M65: Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30% da área da cidade até 2020.

M66: Executar 185.000 m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.

M67: Lançar Procedimento de Manifestação de Interesse para realização da Operação Urbana Presidente Vargas em 2017.

M68: Modernizar, até o final de 2020, 100% dos pontos de iluminação pública, priorizando as áreas da cidade com maiores taxas de violência registradas, conforme levantamento realizado em 2017.

M69: Reduzir em 40% o consumo de energia elétrica da iluminação pública até 2020.

M70: Implementar 12 km de rotas acessíveis até 2020.

M71: Implementar um Sistema de Gerência de Pavimentos – SGP, de acordo com as normas do DNIT, a partir da análise do estado de conservação de toda a malha viária da cidade até 2020.

M72: Implantar 10 projetos relevantes de preservação do patrimônio e da paisagem cultural da cidade até 2020.

M73: Beneficiar 21 favelas em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), realizando obras de urbanização até 2020.

M74: Concluir os estudos para Requalificação Urbana de Rio das Pedras até 2018.

M75: Beneficiar 100.000 domicílios com procedimentos de regularização urbanística e fundiária até 2020.

M76: Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020.

M77: Contratar 20.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social até dezembro de 2020.

M78: Implantar e iniciar as operações do Corredor Transbrasil até 2020.

M79: Desenvolver os estudos para implantação de 40,4 km de novas ligações da Rede Estrutural de Transportes, implantando e operando, no mínimo 15% destes novos corredores até 2020.

M80: Reduzir em, pelo menos, 50% o tempo de deslocamento nos serviços expressos de todos os corredores BRT implantados até 2017, no horário de pico.

M81: Reduzir o nível médio de ocupação dos ônibus articulados, considerando os serviços mais carregados do BRT, através da promoção de melhorias no Sistema até 2020.

M82: Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.

M83: Elaborar e implantar o Plano Diretor Cicloviário até 2020.

Situação Atual

Cidades de grande porte, como o Rio de Janeiro, enfrentam diversos problemas que, muitas vezes, são potencializados por legislações e códigos ultrapassados que não apresentam resposta ágil e eficiente a essa dinâmica urbana. Crescimento desestruturado das periferias, espraiamento urbano, inclusive com ocupação de áreas ambientalmente frágeis, conflitos fundiários e desequilíbrio no adensamento populacional são questões que podem e devem ser enfrentadas por um planejamento urbano atento a novos conceitos que privilegiem o crescimento e desenvolvimento sustentável das diversas regiões.

Novas legislações deverão incorporar os preceitos de Cidade Compacta, com densidades adequadas à infraestrutura instalada, reduzindo os custos da ocupação e tornando mais eficiente o uso do espaço urbano. Conceitos como Desenvolvimento Orientado ao Transporte - DOT e de mobilidade sustentável também deverão fazer parte do vocabulário corrente do planejamento da Cidade, sobretudo ao considerarmos os corredores de transporte construídos e investimentos que ainda deverão ser realizados para maior eficiência dessa malha viária.

Descrição da Iniciativa

“Legislação Urbana” busca a melhoria dos processos de planejamento da Cidade, através da revisão e atualização de normas de uso e ocupação do solo, planos urbanísticos e demais planos de gestão da política urbana e ambiental da Cidade, através de duas linhas de atuação:

- Avaliação e Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável;
- Elaboração de planos urbanísticos para diversas regiões da Cidade, em especial a Área de Planejamento 4.